



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 48/XIII/ 2.ª SL

Aos 02 dias do mês de novembro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. *Informações;*
 2. *Apreciação e votação da Ata n.º 47, de 26 de outubro;*
 3. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 105/XIII/1.ª - Pretendem a «Criação do Dia Nacional da Anemia» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela;*
 4. *Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 153/XIII/1.ª (PS) - «Acesso aos Cuidados de Saúde no Centro Hospitalar do Médio Tejo», do Projeto de Resolução n.º 269/XIII/1.ª (PEV) -«Por uma gestão ao serviço das populações do Centro Hospitalar do Médio Tejo», do Projeto de Resolução n.º 319/XIII/1.ª (PSD) - «Acessibilidade aos cuidados de saúde prestados no Centro Hospitalar do Médio Tejo» e do Projeto de Resolução n.º 320/XIII/1.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo a adoção de diversas medidas com vista ao bom funcionamento do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E»;*
 5. *Outros assuntos.*
- 10:30 Audiência do Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), Juiz Desembargador Eurico Reis, para apresentação do «Relatório referente à atividade desenvolvida pelo CNPMA nos anos de 2014 e 2015».*

1. Informações

O Presidente deu conta de que, no âmbito do processo legislativo na especialidade referente à PPL n.º 32/XIII/2.ª, sobre a Qualidade e Segurança dos Tecidos e Células, foi pedida informação ao CNPMA e ao CNECV e, sobre a PPL n.º 33/XIII/2.ª, relativa ao Registo Oncológico Nacional, foi pedida informação à CNPD.

O Presidente anunciou que o Deputado Bruno Coimbra, do PSD, passa a integrar a Comissão de Saúde, na qualidade de suplente.

2. Apreciação e votação da Ata n.º 47, de 26 de outubro

A ata n.º 47 foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

3. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 105/XIII/1.ª - Pretendem a «Criação do Dia Nacional da Anemia» - Relatora: Deputada Marisabel Moutela



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 48/XIII/ 2.ª SL

O Deputado Luís Soares solicitou o adiamento deste ponto, por impedimento da Deputada Relatora Marisa Moutela.

4. - Fixação da Redação Final do Projeto de Resolução n.º 153/XIII/1.ª (PS) - «Acesso aos Cuidados de Saúde no Centro Hospitalar do Médio Tejo», do Projeto de Resolução n.º 269/XIII/1.ª (PEV) -«Por uma gestão ao serviço das populações do Centro Hospitalar do Médio Tejo», do Projeto de Resolução n.º 319/XIII/1.ª (PSD) - «Acessibilidade aos cuidados de saúde prestados no Centro Hospitalar do Médio Tejo» e do Projeto de Resolução n.º 320/XIII/1.ª (CDS-PP) - «Recomenda ao Governo a adoção de diversas medidas com vista ao bom funcionamento do Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.»

O Presidente perguntou aos Deputados se estavam de acordo com a proposta de fusão apresentada dos Projetos de Resolução n.ºs 153, 269, 319 e 320 apresentada pela DAPLEN, relativos ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E., tendo a Deputada Patrícia Fonseca proposto pequenos acertos ao texto, e que a seguir se discriminam:

- No n.º 1 propõe que em vez de «(...) Hospital Distrital de Santarém em particular no que diz respeito aos cuidados (...)» se diga «(...) Hospital Distrital de Santarém e também com os cuidados (...)» e, no n.º 5, que em vez de «(...) para assegurar uma boa gestão do CHMT, E.P.E., pagando as suas dívidas (...)» se diga «(...) para assegurar uma boa gestão do CHMT, E.P.E., de forma a que sejam pagas as suas dívidas (...)».

Não tendo havido oposição por parte de nenhum Grupo Parlamentar às alterações propostas, a redação final ficou fixada por unanimidade, com a ausência do PEV, a qual será enviada ao PAR, nos termos e para os efeitos do artigo 156.º do RAR.

5. - Outros assuntos

O Presidente disse ter recebido uma proposta da Deputada Isabel Galriça Neto, que foi distribuída a todos os Deputados, para a realização de um «simpósio com o objetivo de melhor caracterizar a situação da oncologia no nosso país e de apurar eventuais problemas e possibilidades de melhoria», a ter lugar em janeiro ou fevereiro de 2017, com a duração de um dia. Disse ainda que a Deputada propôs que a discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 33/XIII (2.ª) sobre o «Registo Oncológico Nacional» ocorresse no grupo de trabalho sobre doenças oncológicas, mas com a coordenação do debate por parte do PSD. A Deputada Isabel Galriça Neto explicou esta última proposta, invocando a existência de inúmeros grupos de trabalho, que representam um problema de gestão de recursos para os grupos parlamentares mais pequenos. Referiu que a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 48/XIII/ 2.ª SL

realização do simpósio de oncologia poderia ter lugar em Janeiro, tendo apresentado uma proposta de programa para o qual pediu contributos dos grupos parlamentares até ao final do mês, a fim de ser aprovado em reunião da Comissão.

10:30 - Audiência do Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), Juiz Desembargador Eurico Reis, para apresentação do «Relatório referente à atividade desenvolvida pelo CNPMA nos anos de 2014 e 2015»

O Presidente cumprimentou a Delegação do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), dando a palavra ao seu Presidente para uma intervenção inicial de dez minutos, a que se seguirá a intervenção dos grupos parlamentares e no final a resposta do Conselho.

O Presidente do CNPMA Juiz Desembargador Eurico Reis, que veio acompanhado pelo Professor Calhaz Jorge e por uma assessora, começou por solicitar que aquando da discussão do Relatório da Atividade desenvolvida em 2016 fosse possível dispor de mais tempo, para a intervenção inicial. Fez uma síntese do relatório referente à atividade desenvolvida em [2014](#) e [2015](#), bem como da [declaração interpretativa](#) relativa ao n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, alterada pelas Leis n.ºs 17/2016, de 20 de junho e 25/2016, de 22 de agosto. Disse que o Conselho tem mantido e manterá a sua independência, manifestando a sua cooperação leal, procurando antecipar problemas, salientando que este só funciona devido ao esforço das suas duas assessoras.

O Professor Calhaz Jorge agradeceu a oportunidade de reunir com a Comissão mais uma vez e passou de imediato a fazer a apresentação sumária dos «[Resultados Nacionais da Atividade de PMA em 2014](#)» na qual abordou as características do registo, nomeadamente do registo dos dados e das dádivas, do número de ciclos de tratamento, dos diversos tipos de técnicas e de beneficiários. Falou ainda dos dados da atividade em 2014, da evolução do número de ciclos por técnica de PMA e por técnica no SNS, do volume da atividade nos centros de PMA de 2009 a 2015, bem como da distribuição dos ciclos realizados por tipo de técnica e por setor. Apresentou a evolução dos resultados dos ciclos de 2009 a 2014 e a influência da idade feminina na eficácia das técnicas de PMA e na evolução da taxa de partos gemelares e trigemelares de 2009 a 2014. Deu ainda informação sobre o registo dos embriões criopreservados no final de 2015, bem como sobre a doação de gâmetas ou embriões. Concluiu, referindo que não deve ser alargada a idade da mulher para aceder às técnicas de PMA, mas devem ser alargadas as condições de acesso, tendo



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 48/XIII/ 2.ª SL

alertado os Deputados para a impossibilidade de resposta adequada quando entrar em vigor a legislação entretanto aprovada.

De seguida, os grupos parlamentares cumprimentaram os representantes do CNPMA e agradeceram as informações.

A Deputada Ângela Guerra perguntou se os meios humanos e técnicos são suficientes para inspecionar os centros, se os mesmos cumprem as regras ou se há alguma situação menos boa, qual é a expectativa sobre o aumento do financiamento público e se foi ponderado o aumento do financiamento, tendo em conta o alargamento das técnicas a novos beneficiários; se os novos prazos se aplicam aos embriões criopreservados já existentes e se existem células reprodutivas disponíveis para doação.

A Deputada Isabel Moreira teceu considerações sobre a declaração interpretativa, tendo referido que não existem leis perfeitas. Colocou questões sobre as inspeções projetadas e declaradas, perguntou se os meios disponíveis no Conselho são insuficientes e qual é a quantificação do que seria necessário para fazer o seu trabalho. Colocou ainda questões sobre a taxa de doação de ovócitos, que no setor público não tem expressão significativa, e sobre a idade da mulher para aceder às técnicas de PMA.

O Deputado Jorge Falcato perguntou se os meios financeiros ao dispor são suficientes para atingir os objetivos da atividade e se com o aumento de trabalho, existe dificuldade na recolha de ovócitos, questionou sobre o que é que impede a sua recolha no sistema público e quais as principais dificuldades que permanecem no acesso às técnicas de PMA a nível nacional.

A Deputada Teresa Caeiro falou das expectativas dos novos beneficiários face à incapacidade de resposta do CNPMA, que não cuidou de obter junto da tutela os recursos necessários para fazer face a esse alargamento. Teceu considerações sobre a declaração interpretativa das leis da AR feita pelo CNPMA, pedindo explicações sobre o seu alcance. Colocou questões sobre a descentralização do banco público de gâmetas para Lisboa e Coimbra, que até agora apenas tem funcionado no Porto e perguntou se existem meios para funcionarem de forma eficaz, enquanto existem bancos privados que não cumprem a lei.

A Deputada Carla Cruz pretendeu saber quais as insuficiências do banco público e o que lhe falta para funcionar devidamente, sublinhando que os resultados alcançados se devem ao esforço dos seus funcionários. Perguntou quais são as dificuldades e os entraves encontrados à realização das atividades inspetivas que se destinam a avaliar o serviço prestado e quais as melhorias que deverão ser introduzidas, o que tem sido feito para alargar o número de ciclos no SNS, medida que o PCP apoia, e o que tem de ser feito para melhorar os resultados.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 48/XIII/ 2.ª SL

O Juiz Desembargador Eurico Reis agradeceu as questões colocadas. Assinalou que a declaração interpretativa que enviou, é de uma entidade reguladora, ou seja, do CNPMA, lembrando que este emitiu pareceres positivos sobre as duas leis recentemente aprovadas e que quem tem de julgar se o Conselho está a abusar dos seus poderes são os seus parceiros. Reconheceu que existem problemas, mas tem de se encontrar solução. Não tem conhecimento de ilegalidades e considera que seria essencial pôr o banco público a funcionar, porque não deve depender do Conselho de Administração de um Hospital, mas do Ministério da Saúde. Irá fazer uma proposta para que o CNPMA passe a funcionar como uma entidade reguladora, e que disponha de mais meios, designadamente de mais recursos humanos. Fez o balanço da atividade, salientando que os centros têm percebido que é útil cumprirem as determinações do CNPMA. Disse que está à espera da regulamentação da legislação para se iniciarem os novos tratamentos, designadamente a clarificação da idade da mulher para aceder às técnicas de PMA.

O Professor Calhaz Jorge completou a informação, sublinhando que o financiamento para a inseminação já é alargado até aos 42 anos nos centros públicos, sublinhando que a sua eficácia, para depois dos 40, é apenas de 2%. A criação de novos centros implica ter mais especialistas na área de ginecologia, especialidade que tem escassez de profissionais no país, considerando por isso que não há condições para abrir um centro no sul do país.

Não havendo mais questões, o Presidente agradeceu as informações e deu por finda a audiência.

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação/vídeo da audiência ser acedida através deste link:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1402&title=audicao-do-presidente-do-conselho-nacional-de-procriacao-medicamente-a>

Palácio de São Bento, 02 novembro 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 48/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Miguel Santos
Teresa Caeiro
António Topa
Bruno Coimbra
Elza Pais
Francisco Rocha
Isabel Alves Moreira
Laura Monteiro Magalhães
Patrícia Fonseca

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Sales
José Luís Ferreira
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite